

## Coluna do Castello

### Ulysses sabe por que tem pressa

**D**esde ontem o sr. Ulysses Guimarães, presidente da Constituinte, está testando a viabilidade da sua promessa de promulgar a nova Constituição no dia 21 de abril. O quórum na quinta-feira como no fim de semana, desejado por ele, dificilmente será alcançado. Se o for, será uma espantosa demonstração de prestígio pessoal e de poder de mobilização que até hoje nenhum dirigente do Congresso teve, pelo menos desde que esse Poder se instalou em Brasília.



Não desiste o presidente da Assembléia de realizar o que até aqui tem sido irrealizável, salvo nos raros dias de crise institucional resultante, por exemplo, da renúncia do sr. Jânio Quadros — que desencadeou o processo de implantação em curto prazo do sistema parlamentarista de governo — ou da deposição do sr. João Goulart. Mas é justificável que ele queira acelerar ao extremo os trabalhos da Constituinte, retardados por fatores conhecidos, cuja responsabilidade não lhe cabe. A Constituição deve ser votada num prazo razoável para que a Assembléia não decaia no conceito público a ponto de perder a credibilidade.

Fez bem o sr. Ulysses Guimarães em observar que o presidente José Sarney não irá permitir que os "três patetas" (os ministros militares de 1969) ressurgam no cenário nacional, encarnados nos atuais ministros do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, cuja lealdade, aliás, ressaltou. Nem os oficiais-generais querem repetir a *performance* daquele ano sinistro nem o presidente José Sarney, por mais insatisfeito que esteja com tendências dos constituintes, querera ou poderá insuflar decisões discricionárias como a edição de atos institucionais de um dos quais resultou a emenda nº 1, da responsabilidade dos referidos "três patetas". O presidente da Constituinte, no seu estilo bem conhecido, aliás, aludiu ao fato de que o presidente da República tem à sua retaguarda, no gabinete presidencial, o retrato do liberal dom Pedro IV, de Portugal, e não o de dom Pedro I, do Brasil, que dissolveu a Constituinte e outorgou uma Constituição.

Não haverá no quadro brasileiro de hoje vocação ditatorial na chefia do poder civil ou no comando das Forças Armadas para repetir aventuras históricas, independentemente da análise do que representaram na época os atos que o sr. Ulysses Guimarães condena com tanta ênfase e boa inspiração. Por aí a Constituinte poderá continuar seus trabalhos. Nem os chefes militares a ameaçam nem o presidente, ainda que se irrite com decisões da Assem-

bléia ou com agressões da nova oposição que se erigiu dentro do PMDB e do PFL ao seu governo, dispõe de ânimo e de poder para induzir quem quer que seja a se rebelar contra as decisões soberanas da Constituinte.

Da crítica que o sr. José Sarney fez a um dispositivo constitucional, anote-se que ela recebeu a concordância expressa do sr. Ulysses Guimarães, que revelou ter conversado com o sr. Bernardo Cabral sobre a necessidade de, no segundo turno, ressaltar da proibição constitucional as prisões disciplinares e administrativas. O presidente terá sido bem inspirado na sua crítica, embora sua manifestação tenha sido tomada como disposição de ir ao confronto com a Assembléia que ameaça decidir politicamente contra suas aspirações e, em matéria de princípios, contra suas idéias. Como se sabe, ele abriu mão da faculdade de enviar à Constituinte um anteprojeto, que poderia ser aceito ou recusado, e tem-se posto à margem dos debates, salvo quando definiu por conta própria seu desejo de governar por cinco anos.

Mas o sr. Ulysses Guimarães, que é um político sensível e compreende as emoções do presidente diante de acusações ou insinuações que afetam seu círculo familiar e sua honra pessoal, sabe também que a opinião pública é a verdadeira dona da soberania transferida pelas circunstâncias ao Congresso-Constituinte. Por isso mesmo, ele percebe que já não pode ser retardada a votação do texto constitucional, tanto que se propõe a conduzi-la "na marra", à semelhança do ex-deputado Leonel Brizola, que abandonou a Câmara para convocar o povo a fazer "na marra" as reformas de base. As intenções são outras, evidentemente, mas em ambas as proposições está latente o convencimento de que o povo está impaciente com o resultado de operações políticas.

Não parece provável que o presidente da Constituinte reúna seus presididos além dos rotineiros dias entre terça e quinta-feira, conforme a capacidade dos constituintes de comparecer a Brasília, capital que os liberou, por históricas e conhecidas razões, de aqui residir. Mas, findo o período de festas, que, começando no Natal vai ao fim do carnaval, os meses de março, abril, maio e junho são os mais produtivos na vida política do país. Em julho há o tradicional recesso, com as férias das crianças, mas em agosto, setembro, outubro e novembro, volta-se a trabalhar. Nos dois períodos, há pequenos interregnos, como a Semana Santa e a Semana da Pátria.

Mas, dado o reconhecimento de que nada acontecerá daqui por diante sem acordo das principais correntes, é provável que no primeiro semestre o sr. Ulysses Guimarães consiga entregar um texto para a indispensável revisão do português por professores já mencionados no noticiário. Antes disso, só por milagre o sr. Ulysses Guimarães convenceria seus pares a trabalhar de domingo a sábado para atender ao anseio nacional por uma nova Constituição. Mas ele sabe por que o tenta.

Carlos Castello Branco